



**Relatório da diligência realizada nas usinas de Jirau e Santo Antônio no rio
Madeira em Rondônia.**

INTRODUÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou diligência para verificar denúncias de violações aos Direitos Humanos nas Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia.

A diligência foi realizada no dia 22 de março de 2012, em cumprimento do Requerimento nº 26, de iniciativa dos Deputados Padre Ton e Domingos Dutra, com a seguinte programação:

9h – visita ao canteiro de obra da Usina Jirau;

11h30 - visita à Usina de Santo Antônio e ao bairro Triângulo, em Porto Velho;

14 às 16h30 - reunião com indígenas, ribeirinhos, trabalhadores atingidos pelas duas barragens e com lideranças eclesiais.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA DILIGÊNCIA

8h00 – visita ao canteiro de obra da Usina de Jirau

Os Deputados chegaram à Usina de Jirau por volta 09h30. Participaram da diligência, além dos Deputados Domingos Dutra e Padre Ton, Presidente e Segundo Vice-Presidente da CDHM, respectivamente, a assessora técnica da CDHM, Rosiana Queiroz, Jair Bruxel, assessor do Dep. Padre Ton e os Defensores Públicos, Tiago Mioto e Renato Torres, da Defensoria Pública da União em Rondônia.



O acesso da comitiva ao canteiro de obra foi dificultado, inicialmente, pela falta de comando decisório do Consórcio no local, capaz de identificar os parlamentares e permiti-lhes acesso às dependências da Usina com mais agilidade. A diligência só foi autorizada a ingressar no canteiro de obra cerca de duas horas depois e, apesar das inúmeras tentativas de contato com representantes do Consórcio.

REVOLTA DOS CAMINHONEIROS

Enquanto esperavam a autorização de acesso às dependências da Usina, a Comissão manteve contatos com caminhoneiros que se encontravam há mais de 15 dias paralisados, sem poder descarregar as cargas devido a greve dos trabalhadores da usina. Os caminhoneiros denunciaram que as empresas responsáveis pelos equipamentos não apresentaram solução para o problema e se negaram a pagamento pelos prejuízos dos dias parados. Denunciaram a empresa Camargo Correa, que contratou os fretes pela quantia aproximada de 15 mil reais e pagou apenas 7 mil reais. Reclamaram que, enquanto estão parados, as prestações dos caminhões e outras dívidas estão vencendo, acarretando aumento de custos com pagamento de juros. Segundo os caminhoneiros, naquele dia (22 de março de 2012), a quantidade de caminhões parados chegava a 400.

ENCONTRO COM O SENHOR MANOLO CARVALHO, MEMBRO DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DA EMPRESA ENESA

No escritório da empresa ENESA Engenharia, responsável pela montagem das turbinas da Usina, o representante dos trabalhadores, Manolo Carvalho, informou que a greve foi deflagrada no dia 08 de março de 2012, por melhores salários, aumento da cesta básica e folga para os ajudantes de campo de 05 dias úteis. Denunciou ainda que os trabalhadores da margem direita do canteiro de obras

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



não recebem o mesmo valor da hora extra dos trabalhadores da margem esquerda e que há acidentes de trabalho com mortes que não foram comunicados; que são comuns a ocorrência de infecções alimentares e outras doenças decorrentes da insalubridade dos alojamentos e locais de trabalho. Reclamou, também, da insuficiência de água potável, alojamentos pequenos, banheiros precários e falta de espaço de lazer.

Manolo registrou ainda a ocorrência de um assassinato no distrito de Jaci Paraná, relacionado ao canteiro de obras no mês de fevereiro de 2012 e de muitas ordens de prisões contra os trabalhadores sem comando judicial. Comentou também que alguns acordos feitos no ano passado, quando da primeira greve, não foram cumpridos, a exemplo do reajuste da cesta básica.

Acrescentou que os contratos de trabalho são indeterminados, que há muita rotatividade de operários, que 90% dos trabalhadores são de fora de Rondônia e que empresas terceirizadas do consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) – comandada pela Camargo Corrêa – não assumem as obrigações trabalhistas e nem com fornecedores. É o caso, por exemplo, da empresa WPG

DO DIALOGO COM A EMPRESA ENESA

Em seguida, os Parlamentares, se reuniram com dirigentes da ENESA, empresa contratada pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), para discutir: a) o problema da demora nas descargas, que geram prejuízos para os caminhoneiros; b) policiamento no canteiro; e c) as negociações com os trabalhadores. A ENESA Engenharia é responsável pela contratação de em torno de 1.700 operários, podendo chegar a 2.500. Pela empresa, participaram da reunião o engenheiro Valter, chefe de operação, e o gerente administrativo

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil
Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



financeiro, que participou da rodada de negociações junto ao Ministério Público do Trabalho e com os trabalhadores.

Encaminhamentos da Reunião

- 1) **Caminhoneiros:** a empresa afirmou não poder fazer nada. Alega que tem 150 funcionários no almoxarifado para receber as mercadorias, que estão parados em decorrência da greve, e que vão precisar de, pelo menos, 30 dias para descarregar os caminhões, trabalhando dia e noite. Mencionaram que a greve reflete até em Xangai, na China, devido à logística. Afirmaram que estão preocupados com a situação dos caminhoneiros, mas que não é competência da ENESA resolver a questão e sim do principal empreendedor da Usina, a ESB. Por fim, o chefe de operação da ENESA informou que o responsável pela situação dos caminhoneiros é o fornecedor das mercadorias e as transportadoras, portanto, os motoristas estão por conta deles.
- 2) **Policiamento do canteiro de obras:** segundo informação do senhor Valter, estão no canteiro apenas policiais do Governo do Estado e o efetivo é necessário para dar segurança às pessoas. Ele demonstrou preocupação com a segurança das pessoas de comando da empresa, mas também, segundo ele, precisa preservar os equipamentos, pois já aconteceram situações de descontrole dos trabalhadores, o que justificaria a presença ostensiva de policiais no canteiro.
- 3) **Negociação com os trabalhadores:** segundo a empresa as negociações não avançaram. A empresa teria oferecido um abono de **R\$ 130,00** reais, uma vez



que aumento salarial, das horas extras e da cesta básica, deveriam ser tratados apenas no dissídio coletivo, que ocorre em maio de cada ano. O gerente financeiro afirmou que a comissão de negociação dos trabalhadores aceitou a proposta, mas em assembleia os trabalhadores não ratificaram. Em decorrência disso, a empresa teria aumentado a proposta de abono em mais **R\$20,00** reais, chegando a **R\$150,00** reais e, nem assim, os trabalhadores aceitaram. Com isso, as negociações foram suspensas e o gerente financeiro disse que novas negociações só com a volta dos grevistas ao trabalho. Depois disso, segundo o interlocutor da empresa, houve várias tentativas de negociações, nos dias 14 e 15 de março de 2012, com participação inclusive do Ministério Público do Trabalho de Rondônia, sem sucesso, levando o juiz do trabalho a decretar a ilegalidade da greve. Também informaram que a Camargo Correia, uma das principais empresas do consórcio ESBR, retirou-se da mesa de negociação e que, por outro lado, os trabalhadores romperam com o próprio Sindicato. Contudo, durante a conversa, o representante da comissão de negociação, senhor Manolo Carvalho, rebateu algumas informações dos representantes da Empresa: sobre o rompimento com o Sindicato, afirmou que houve apenas desentendimentos e alguns problemas de ordem pessoal; quanto à ilegalidade da greve, ele negou o fato, dizendo ter havido apenas problemas nas negociações. O gerente financeiro acrescentou dando o exemplo da Camargo, que tem um efetivo em torno de 17.000 trabalhadores e se retirou das negociações e que, no momento, não sabe como anda as negociações com aquela empresa. Ao final ficou perceptível que há um jogo de empurra por parte das empresas, uma tentando transferir a responsabilidade para a outra e todas para o Consórcio e, assim, evitar negociações diretas com os trabalhadores. Após a breve conversa com a empresa ENESA e das considerações, a diligência, seguiu para os alojamentos a fim de conhecer as instalações e ouvir os trabalhadores. Lá, a diligência foi recebida pela comissão de negociação, a qual direcionou os integrantes da comitiva ao refeitório, onde o Dep. Domingos Dutra

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



fez uma fala rápida, justificando a presença e a função da CDHM naquele local. Em seguida, várias lideranças dos trabalhadores fizeram uso da palavra, demonstrando ansiedade com a presença dos parlamentares e indignação com a realidade em que vivem no canteiro de obras.

DEPOIMENTOS DE TRABALHADORES

Alexandre dos Santos Brito: informou que todos os dias chegam **intimações** da Polícia para os trabalhadores e mostrou as intimações. Até o dia 22 de março de 2012, haviam chegado **15** intimações, oriundas da delegacia instalada na Vila Nova Mutum. Disse que a Polícia veio várias vezes ao alojamento e alguns policiais não tinham identificação. Atos isolados de um ou outro trabalhador que, revoltado por sua situação, cometem algum excesso, são considerados ação de todos os trabalhadores. As empresas não deixam a imprensa se aproximar dos alojamentos e, sistematicamente, divulgam versões distorcidas dos fatos relacionados às ações dos trabalhadores.

Brito afirmou que suas reivindicações são no sentido de que se cumpram os acordos assumidos na greve do ano passado. Mas, em resposta, as empresas os destratam e os humilham, inclusive, segundo ele, suspenderam o pagamento da quinzena e ameaçaram cortar o vale refeição se não voltarem ao trabalho. Mencionou que existe perseguição, repressão e constrangimento no canteiro de obras e que pessoas não identificadas, que não trabalham na obra, circulam livremente pelo canteiro.

Reclama da forma como a Justiça do Trabalho tem atuado em relação à greve, de forma parcial, dando crédito à versão das empresas e decidindo sempre contra os trabalhadores.



Por fim, denunciou que estão sem o direito de ir e vir, pois estão proibidos de sair do canteiro de obras e, quando saem, são impedidos de retornarem. Também reclamou do não cumprimento das folgas para visitar as famílias em outros Estados.

Julio Cesar Pereira da Silva: informou à diligência que está afastado do trabalho por motivos de doença, mas que até aquele momento não tinha o afastamento formalizado pelo Previdência Social, **estava sem receber salário**, apesar de continuar impossibilitado de trabalhar. Disse que, como ele, havia muitos outros trabalhadores.

De forma geral, via-se que os ânimos estavam bastantes exaltados no canteiro de obras, podendo, a qualquer momento, emergir conflitos de proporções inimagináveis, em vista da situação em que vivem os trabalhadores e das demissões que estão sendo executadas sem causa justificada.

Ao final, os Deputados falaram publicamente com os trabalhadores, se comprometendo em dar publicidade a situação dos mesmos, ao tempo que iriam estabelecer conversas com os órgãos públicos no sentido de encontrar saídas favoráveis aos trabalhadores.

Já os Defensores Públicos da União afirmaram aos trabalhadores que há uma clara e evidente violação dos direitos humanos e direitos civis e se colocaram a disposição para acompanhar as demandas que forem formuladas por eles, em especial sobre os trabalhadores sem direitos previdenciários e de saúde. Declararam que iriam verificar a situação dos que estavam depondo na delegacia de Nova Mutum.



Visita aos alojamentos:

Em seguida, a diligência visitou alojamentos: quartos, banheiros, locais para tomar água, espaço de lazer.

Verificou-se que os dormitórios são pequenos para 08 homens e somente há espaços para os 04 beliches, fazendo com que os trabalhadores coloquem suas roupas sobre seus colchões, além de haver infiltração de água pelo telhado. O único conforto é a instalação de ar condicionado em todos os dormitórios.

Já os banheiros são precários, com fungos e cupim. Não há esgoto sanitário, os dejetos correm a céu aberto, facilitando a proliferação de doenças. O mesmo se percebeu nos bebedouros, eles são poucos, alguns já nem gelam a água e falta higiene diária nos mesmos. Já os espaços de lazer são como se não existissem, as poucas mesas de sinuca estão amontoadas com materiais da obra. Outro problema grave é a falta de lavanderia, os trabalhadores lavam suas roupas nos banheiros o que só aumenta a falta de higiene.

Visita ao distrito Jaci Paraná:

A diligência deu prosseguimento às atividades e seguiu em direção à Jaci Paraná, onde conversou com o senhor Ananias, pescador nascido no local.

Entrevista com pescador

Ananias relatou um pouco de como era antes das usinas, da quantidade de peixe, da tranquilidade que era o Distrito; falou também do sonho de melhorar de vida



com a Cooperativa, criada para a criação de peixes em tanque, cujo projeto foi financiado pela Petrobras, em parceria com 29 sócios, mas que, com a derrubada da mata que margeava o rio, os peixes morreram por falta de oxigênio na água e a empresa responsável pela construção da usina Santo Antônio não reconheceu sua responsabilidade na questão e, por isso, vão brigar na justiça pelos direitos.

Visita à igreja Santo Antônio e à usina Santo Antônio:

A diligência fez uma visita rápida à igreja histórica de Santo Antônio, que esse ano completa **100** anos. Ao lado dessa igreja, está sendo construída a usina Santo Antônio e as comportas já estão abertas com uma turbina em funcionamento. Nesse momento, ouviu-se um relato breve do senhor Moisés, coordenador da comunidade religiosa, sobre a queda das margens (barranco) devido o banzeiro do Rio. Ele descreveu como ficaram fortes as correntezas e como isso desmanchou as margens do Rio, afetando os moradores que não tiveram outra saída a não ser abandonar as moradias, às margens do Rio.

Visita ao bairro Triângulo:

A visita ao bairro Triângulo foi também rápida, mas suficiente para tirar fotos dos principais impactos causados pela construção da usina de Santo Antônio, onde **80** famílias foram atingidas pelo desbarrancamento do Rio e, atualmente, se encontram em hotéis ou hospedadas em casa de parentes. Foi perceptível o muro



de contensão que a empresa Santo Antonio Energia S/A fez para não aumentar a tragédia.

Reunião com atingidos por barragens, indígenas, ribeirinhos, trabalhadores e lideranças eclesiais:

A reunião foi realizada no auditório da cúria diocesana, com a presença de representantes de entidades e movimentos sociais, que acompanham ou são vítimas das obras das Usinas do Madeira.

Depoimentos das entidades presentes:

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB: o movimento iniciou relatando que uma comissão nacional foi criada no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH para levantar os impactos e violações aos Direitos Humanos nas barragens de todo País. Que esta comissão construiu um relatório detalhado da situação das barragens e ainda elaborou recomendações ao Poder Público em nível Federal. Este relatório tem pautado a questão barragens como uma questão de Direitos Humanos. Contudo, pouco das recomendações foram levadas em conta pelo Poder Público.

Com relação a situação das usinas Jirau e Santo Antônio, desde o início das obras, o movimento vem alertando e denunciando os impactos e graves problemas, tais como: sociais (exploração sexual de crianças e adolescentes,



migrações, falta de atendimento de saúde, entre outros), descumprimento das leis ambientais e trabalhistas e falta de segurança.

O MAB informou que o INCRA remanejou e assentou várias pessoas, mas nem todos foram reconhecidos como passíveis de reassentamento. No total, foram feitos 7 reassentamentos, sendo 5 no meio rural, em lotes que variam de 20 a 50 hectares, e 2 em áreas urbanas, com lotes de 1 hectare a 200m².

Nos reassentamentos, as famílias tiveram que refazer suas vidas, desde o lugar de morar até adotar novos costumes. Inclusive a empresa Santo Antonio definiu o que as famílias deviam produzir em seus novos lugares de moradia. O resultado é que, na maioria, as famílias não conseguiram se adaptar e fracassaram nos projetos produtivos. Além disso, há problemas nas moradias que foram mal construídas, não existem ruas, água encanada.

Por fim, o MAB denunciou as sucessivas ações de criminalização contra suas lideranças, que por se organizarem e fazerem luta por direitos, estão sendo perseguidos com processos judiciais. É o caso do inquérito policial 711/2010 da Polícia Federal e outro aberto em agosto de 2011, em que pelo menos três atingidos por barragem foram intimados a comparecer na Superintendência da Polícia Federal, em Porto Velho, para depor. Este inquérito foi instaurado em 2010 e somente um ano depois é que tomaram conhecimento de sua existência. Os depoimentos na Polícia Federal foram a respeito da manifestação de 2010 que o MAB realizou e ainda sobre outras atividades de organização.

Depois do relato, o MAB reivindicou o cumprimento das recomendações do relatório do CDDPH e pediu a extinção do inquérito policial que corre contra o movimento junto à Polícia Federal.



Conselho Indigenista Missionário – CIMI

O CIMI relatou que na usina Jirau há presença de índios que eles chamaram de livres e que vivem na bacia do Rio Madeira, isolados. Segundo afirmam, os funcionários da Fundação Nacional do Índio – FUNAI reconhecem esses índios e que só não foram levados em conta devido a construção da Usina.

O CIMI denunciou que, entre as violações aos direitos humanos dos indígenas, (que são aproximadamente **54** etnias) houve práticas discriminatórias, criminalização, retiradas de índios de seus territórios. Ressaltou que o fato da Comissão de Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados ter aprovado a PEC 215/00, que retira do Poder Executivo e passa para o Legislativo a competência de decidir sobre terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação – teria repercutido negativamente no Estado de Rondônia.

ONG KANINDÉ – Associação de Defesa Etnoambiental

A entidade KANINDÉ trouxe o relato da grave situação que estão vivendo os índios em isolamento voluntário na região onde estão as hidrelétricas e dos impactos ambientais que põem em perigo o modo de vida dos índios.

A usina de Jirau especificamente, segundo a KANINDÉ, estaria impactando diretamente dois povos indígenas que vivem em isolamento voluntário na região da bacia do Rio Jaci Paraná e nas Estações Ecológicas Mujica Nava e Serra dos Três Irmãos. Ressaltou que uma das condicionantes colocadas pela FUNAI para o licenciamento da obra das hidrelétricas foi que se procedesse com os



levantamentos das áreas de ocupação de indígenas em isolamento voluntário, que estão próximas de onde se está construindo a usina de Jirau. Contudo o licenciamento foi dado pelo IBAMA, mas os levantamentos não foram realizados.

A ONG KANINDÉ requereu da CDHM que um estudo urgente seja realizado das etnias que ocupam a referida região, no sentido que haja demarcação e proteção dos territórios indígenas e, assim, garantir a forma de vida dos índios.

A entidade KANINDÉ destacou também a situação dos povos indígenas no Estado do Pará, na região de Altamira, onde está sendo construída a usina Belo Monte. A obra, segundo a entidade, também atingiria índios em isolamento voluntário, os quais são reconhecidos pela FUNAI desde a década de 70. Colocaram como exemplo concreto o caso da terra indígena Koatinemo que estaria localizada a menos de 100 km de onde está previsto o barramento do rio Xingu, no sítio Pimental na Volta Grande do Xingu. E indicam os principais impactos: insegurança alimentar, perca de água potável, aumento de caçadores, pescadores, madeireiros, grileiros e posseiros que destroem recursos naturais, aumento de doenças e falta de segurança.

ETNIA CARITIANA: relatou a situação vexatória e grave da saúde indígena no Estado de Rondônia e apresentou um vídeo com os detalhes sobre a situação vivida pelos indígenas.

NILSON – trabalhador demitido da WPG: Nilson de Souza Arruda trabalhou como encarregado geral de obra na empresa WPG – Construções e Empreendimentos Ltda. Esta empresa fechou contrato com o Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A – ESB, responsável pela construção da usina de Jirau em Rondônia – contrato Jirau 126/10. A WPG era a responsável pelo

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



desmatamento e terraplanagem da margem direita do Rio Madeira. Nessa condição, ele, Nilson, acompanhou de perto todos os tipos de negócios entre WPG e ESBR.

Segundo documentos que o Sr. Nilson entregou à diligência, consta que ele trabalhou na WPG, primeiro na execução de serviços na usina de Estreito no Maranhão, que a WPG sempre foi uma empresa de construção civil e que não teria capacitação técnica para executar serviços de desmatamento. Mas, em setembro de 2010, tomou conhecimento de que a WPG havia fechado contrato com a ESBR justamente para fazer desmatamento. Inclusive o próprio Sr. Nilson diz que foi recontratado para ir trabalhar em Jirau, sem ter experiência com desmatamento. Vale ressaltar ainda que nos documentos que o Sr. Nilson entregou à diligência, relata que a WPG teria realizado serviços vários em Estreito – MA, sem a devida capacidade técnica, como implodir uma ponte antiga e que, para isso, subcontratou outra empresa. Por esse serviço e outros tomados de fornecedores locais no MA e TO a WPG não pagou. Contudo, o consórcio CEST da usina de Estreito pagou a WPG, ainda que, como afirma Nilson, uma quantia de aproximadamente R\$800 mil ficou retido para possíveis ações trabalhistas.

Nilson, em depoimentos que deu ao Ministério Público do Trabalho, os quais foram entregues à diligência, diz ainda que todas essas informações de não pagamento de serviços a fornecedores e empresas subcontratadas pela WPG eram de conhecimento público e que mesmo assim a ESBR a contratou. Neste sentido, a WPG aplicou a mesma forma de trabalho em Jirau e que foi deixando um rastro maior de desmandos em Rondônia: teria comprado equipamentos, carros, combustível a fornecedores locais e não pagou, contratou trabalhadores e também não pagou seus direitos, subcontratou empresa e também não pagou e tudo isso com o conhecimento da ESBR que devia fiscalizar os serviços da sua

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



contratada e nunca detectou nenhum desvio, mas pagou pelos serviços mesmo diante de tantas irregularidades. Nos depoimentos (19 de março de 2012) ainda do Nilson ele informa ao Ministério Público do Trabalho que tem notícias de que o dono da WPG estava com outra empresa com novo nome e responsável. E mesmo com esse histórico de não honrar compromissos teria inclusive fechado novos serviços na construção da usina Belo Monte no Pará.

O Sr. Nilson afirmou também que várias pessoas que trabalharam na WPG estão como ele ou em condições piores, abandonados à própria sorte, estão com suas carteiras de trabalho em aberto, sem seus direitos, doentes, jogados em pousadas na cidade de Porto Velho e que, por isso, eles abriram o processo nº 1248-2011-001-14-00-9, para apurar a responsabilidade. O Ministério Público do Trabalho, para minimizar a situação, determinou que o sindicato patronal dê atendimento às suas necessidades, como: hospedagem e alimentação. Segundo disse, os trabalhadores estão sendo ajudados pela Diocese de Porto Velho, através de suas pastorais.

Para finalizar, cabe destacar que o Sr. Nilson entregou à diligência um boletim de ocorrência de nº 12E1001002375 que fez na 1^a delegacia de Polícia Civil de Porto Velho, no dia 13 de março de 2012, onde denuncia que a escrivã na Justiça do Trabalho não teria registrado seus questionamentos de que não queria o juiz de trabalho Laffite Mariano julgando seu processo, porque no ano de 2011 este teria decidido sentença desfavorável aos trabalhadores sem as devidas provas. O processo é o que está acima citado. Depois entregou depoimento que fez a Procuradoria da República no Estado de Rondônia no dia 20 de março de 2012 onde diz estar sendo ameaçado pelas denúncias e declarações que prestou junto ao Ministério Público do Trabalho.



INSTITUTO MADEIRA VIVO - IMV: ONG que atua desde o ano de 2006 na bacia do Rio Madeira, acompanhando todo o processo de licenciamento e implantação do Complexo Madeira por meio das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau denuncia as seguintes questões:

- A formação de lago das duas usinas atingirão áreas ocupadas por povos indígenas de pouco contato e em documentos somente à partir de 2010 a FUNAI reconhece a presença destes. É sabido que os mesmos já se encontram fora da área interditada “Jacareúba Katawixi”, pela pressão sofrida. Já o Povo Karitiana, por sua vez, sofre ação de discriminação pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari que entrou com ação judicial contra o Grupo de Estudo instituído pela FUNAI, com recursos da compensação social das usinas, para estudar a terra tradicional deste povo que ficou de fora da demarcação, reivindicada desde os anos 80. Os trabalhos foram interrompidos, demonstrando clara intenção da municipalidade em defender direitos de invasores sobre as terras indígenas;
- Os ribeirinhos atingidos pela construção do barramento e formação de lago, em sua maioria, não receberam remuneração pelo lote, mesmo possuindo título. A empresa Santo Antônio está indo embora e como fica esta situação;
- Os remanejados para agrovilas ainda estão na promessa de receber seus direitos prometidos. Sem espaço para produção e vencendo o apoio mensal, começam a passar dificuldades alimentares, além das casas com problemas em sua estrutura;
- Em Jaci-Paraná, o projeto Pesca Sustentável do IMV com a PIRÁ, em dezembro de 2011, sucumbiu ao processo de contaminação provocado pelo desmatamento



da área de alagação onde a madeira não foi removida conforme estabelecido no Projeto Básico Ambiental – PBA;

- Destaca a situação dos expulsos às pressas do bairro Triângulo, cujas famílias foram deslocadas para hotéis sem prazo para ir pra uma residência, vivendo em situações vexatórias;
- Os moradores da Linha 11 do Assentamento Joana Darc denunciam que a água tomou conta de seus lotes, portanto, querem ser remanejados e não têm nenhum posicionamento da Santo Antônio Energia;
- Quanto aos direitos de moradores na região de Jirau, a situação é gritante. Em Abunã, Fortaleza do Abunã e Araras todos serão impactados e nem sequer sabem qual o destino destes;

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO DE RONÔNIA: o representante da associação apontou, principalmente, a destruição ambiental com o desaparecimento total da histórica da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, que já se encontra praticamente submersa – ver foto da ponte e documento entregue à diligência.

A Associação afirma ainda que tal desaparecimento é um crime contra o patrimônio cultural brasileiro, além de flagrante infração ambiental, onde 20 cachoeiras e corredeiras do Rio Madeira, entre Porto Velho e Guajará Mirim, estão sendo afetadas. Segundo o representante, a destruição causada pela construção das usinas hidrelétricas, supera a grande obra da Madeira Mamoré, que tanto sangue teve que ser derramado e recursos públicos desperdiçados e agora ela será somente uma lembrança.



Afirma ainda o representante da associação, que os impactos e problemas com a intervenção no Rio Madeira são de proporções ainda por serem mensuradas e colocou como exemplo as enchentes já sentidas nos afluentes e subafluentes do Rio Madeira, que começam a acontecer em Rondônia e nos países vizinhos – Bolívia e Peru. Some-se a isso as ideias vendidas ao povo de Rondônia de prosperidade, que na realidade não veio e tornou a cidade praticamente inviável, com serviços muito caros e atendimentos inexistentes de políticas públicas.

Vale destacar alguns problemas ambientais que o representante da associação denunciou como já sendo identificados:

- comportas das hidrelétricas e do lago muito acima da cota do terreno;
- debaixo das águas do Rio Madeira já está ou vão ficar submersidos, floresta, a EFMM, cidades e madeira;
- correnteza e banzeiro no rio Madeira provocados principalmente por conta das mudanças no rio;
- as mais de 20 cachoeiras aumentaram a força da água e formou o banzeiro que dissolve os barrancos do rio;
- e as cheias que já estão acontecendo nos rios Jacy, Mutum, Acre e Purus.

ARNALDO DA ETNIA PUROBORÁ: O indígena reclamou das demarcações que não se concluíram e, para isso, solicitou uma audiência pública em Rondônia, especificamente sobre a questão indígena e ainda se posicionou contra a PEC

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior -CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil

Tel: (061) 3216-6570 - fax: (061) 3216-6580 e-mail: cdh@camara.gov.br

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>



215/00. Lembrou que a política sem moral de Rondônia só aumenta os problemas e violações aos Direitos Humanos.

MOVIMENTO BAMZEIRO – movimento cultural: organização que tem apoio da Universidade de Rondônia – UNIR e do IMV.

O representante iniciou sua fala mencionando as várias facetas desenvolvimentistas de Rondônia, como: a Madeira Mamoré, o tempo de extração da borracha a o atual, de construção das hidrelétricas sob o Rio Madeira. Em cada faceta desenvolvimentista, foram vendidas ideias erradas e mentirosas de prosperidade, quando na verdade o que se nota são práticas colonizadoras e arcaicas e formas de empobrecer ainda mais o Estado e sua população. Para exemplificar citou o ato de marcar as casas que serão ou foram atingidas pelas águas das usinas com um X. E afirmou que isso não é progresso e só as pessoas pobres saíram perdendo tudo.

PROPOSIÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Requerimentos de informações

- Requerer da empresa ESBR informações referente aos problemas dos caminhoneiros que estão com cargas paradas;
- Requerer informações do Ministério Público do Trabalho - MPT sobre o andamento dos processos dos trabalhadores contra as empresas das usinas de Jirau e Santo Antônio;



-
- Requerer dos consórcios ESBR e Santo Antônio Energia S/A informações sobre a situação dos trabalhadores, por eles contratados e subcontratados via a empresas terceirizadas;
 - Requerer informações da Justiça Federal sobre os processos que envolvem as empresas que estão construindo as usinas;
 - Requerer informações a SSP/RO sobre homicídios, atuação de grupos de extermínio da região de Jaci Paraná e ainda sobre a presença da PM no canteiro de obras de Jirau;
 - Cobrar do Ministério Público Estadual a fiscalização sobre os inquéritos e processos que envolvem crimes contra vida, em especial junto ao GAECC;
 - Requerer informações do IBAMA sobre problemas ambientais, como: madeira retirada e apodrecendo, quebras das barreiras, alagamentos e aumento das águas, entre outros;
 - Requerer informações ao Ministério das Minas e Energia – MME acerca dos procedimentos licitatórios das empresas contratadas para construir as usinas Jirau e Santo Antônio, e sobre a fiscalização das obras e a cobrança das responsabilidades das empresas;
 - Requerer informações ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sobre a fiscalização das empresas ESBR e a Santo Antônio Energia S/A e ainda como tem atuado para resolver os conflitos trabalhistas e na garantia dos direitos dos trabalhadores;



-
- Requerer informações junto ao Ministério da Cultura e IPHAN sobre o que têm sido realizados para assegurar a proteção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, conforme prevê o tombamento definido em 2005;

Encaminhamentos à Justiça

- Encaminhar à Defensoria Pública da União, casos referentes aos direitos à saúde e previdência social que não estão sendo respeitados junto aos trabalhadores das usinas;
- Encaminhar o caso da mortandade de peixes em tanque – projeto ligado ao INSTITUTO MADEIRA VIVO – para Defensoria Pública da União;
- Encaminhar à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Rondônia ofício solicitando que averigue a postura do juiz do trabalho, Laffite Mariano, que teria julgado casos trabalhistas sem seguir o devido processo legal, especificamente no processo 1248-2011-001-14-00-9;
- Responsabilização de gestores públicos pelas violações ocorridas nas grandes obras (medidas judiciais junto ao Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho);
- Propor à Controladoria Geral da União a montagem de um *ranking* das empresas que não respeitam os Direitos Humanos a fim de impedir as empresas listadas celebrem contratos com o Poder Público;



-
- Propor ao Conselho Nacional de Justiça a realização de levantamento, análise e arquivamento de processos que tem indícios de judicialização indevida contra lideranças dos movimentos sociais que fazem luta pelos seus direitos;
 - Notificar o Ministério Público Estadual e Federal sobre a necessidade de garantir o direito de manifestação, de ir e vir, que está sendo ameaçado quando movimentos sociais são proibidos de se organizarem e se mobilizarem por seus direitos;

Ações legislativas – CDHM

- Encaminhar indicação ao Ministério da Fazendo recomendando que os Bancos Públicos suspendam o repasse de recursos aos Consórcios das Usinas Santo Antônio e Jirau até que as condicionantes ambientais, previstas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), sejam cumpridas;
- Propor à Secretaria Geral da Presidência da República a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional, incluindo representante dos Ministérios do Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Turismo e Minas e Energia, com a participação do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensorias Públicas da União e do Estado, com a finalidade de examinar o cumprimento das licenças ambientais concedidas aos Consórcios;
- Propor a instalação nas dependências do Canteiro de Obras, em caráter emergencial, de agências dos bancos públicos, postos de atendimento do Ministério do Trabalho, unidades de atendimento da Defensoria Pública, Postos Policiais para dar segurança aos trabalhadores, entre outros agentes públicos,



com a finalidade de tornar o canteiro de obra um território de cidadania e coibir os abusos praticados pelas empresas;

- Atuar pela não aprovação do Projeto de Lei do Dep. Sandro Mabel, que acaba com a solidariedade da empresa tomadora de serviços via outra empresa no tocante a obrigações trabalhistas;
- Realizar um seminário nacional sobre a temática sobre as hidrelétricas: impactos, violações, reparações.

Ações da sociedade civil

- Propor que os sindicatos estabeleçam um fundo para apoio jurídico, social e financeiro aos trabalhadores prejudicados pelas inadimplências de contratantes;
- Encontrar formas de viabilizar a participação de representantes de Rondônia na RIO+20, para relatar os problemas decorrentes das grandes obras públicas.

Ações do Poder Executivo

- Implantar projetos e políticas públicas de prevenção aos problemas diversos que envolvem a juventude, crianças e adolescentes em áreas de grandes obras;
- Implantação de ouvidoria em especial de direitos humanos dentro dos canteiros das grandes obras no sentido de receber e acompanhar fatos e ocorrências



durante a construção, sendo essas ouvidorias vinculadas a órgão público com condições de resolver os problemas;

- Criar e divulgar uma matriz de responsabilidades e obrigações sociais e trabalhistas, antes de iniciar um grande empreendimento. Estas responsabilidades devem ser cobradas e monitoradas sistematicamente pelo Poder Público que licita a obra;
- Criação de comissão, formada pelos Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE , pelas organizações da sociedade civil para sistematicamente fiscalizar o canteiro de obras de Jirau e Santo Antônio e ampliar essa ação para outras obras;
- Reforçar as estruturas e políticas estatais nas regiões onde se realizam as grandes obras públicas;
- Que os estudos das áreas de ocupação indígenas em Rondônia sejam concluídos e que esses territórios sejam demarcados e protegidos e se garanta a proteção a cultura e a forma de vida indígena;
- Vigilância e fiscalização do entorno das áreas indígenas em Rondônia para impedir o acesso de pessoas que causem risco aos indígenas;
- Que os governos Brasileiro e Boliviano atuem em conjunto na proteção dos índios em isolamento voluntário;
- Que, nas grandes obras localizadas onde há presença indígena, a FUNAI possa antes concluir seus estudos de impactos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



- Que o Ministério da Cultura e o IPHAN façam a devida proteção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, conforme prevê o tombamento definido em 2005.

Brasília, 25 de abril de 2012

Dep. DOMINGOS DUTRA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Diligência

Dep. PADRE TON
Vice Presidente da CDHM e Relator da Diligência